

PAISAGENS, TÉCNICAS E ESPAÇOS SOCIAIS NA METODOLOGIA DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL - BRASIL

ROSSANNA PRADO PEREZ¹; PROF. DR. SIDNEY GONÇALVES VIEIRA³

¹Doutoranda PPGMSPC - UFPEL – rossannaprado@gmail.com

³PPGMSPC - ICH/UFPEL – sidgeo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A investigação “PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO BRASIL: A INSERÇÃO DA DIMENSÃO ESPACIAL NOS PROCESSOS DE REGISTROS DE REFERÊNCIAS CULTURAIS”, orientada pelo Prof. Sidney G. Vieira, na Linha de Pesquisa Espaço, Território e Patrimônio no PPGMSPC-ICH/UFPEL, foi iniciada em 2022-2 e encontra-se em desenvolvimento, completando 3 semestres. O estudo busca desenvolver uma análise dos instrumentos dos processos técnicos de registros de referências culturais de patrimônio cultural imaterial - PCI usados no Brasil, em busca dos valores dados aos territórios das comunidades, os espaços sociais e às paisagens culturais nas ações de proteção e salvaguarda. Busca a forma dada às paisagens enquanto manifestações do espaço nos instrumentos de registros de PCI efetuados com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, do Dpto. Patrimônio Imaterial - DPI, no Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desde do ano 2000 (IPHAN, 2022). Ao ter como pressuposto que os espaços sociais sejam elementos definidores da identidade, ação e memórias coletivas, que precisam constar na documentação dos registros de referências culturais enquanto políticas públicas efetivas de patrimônio, de salvaguarda e de manutenção das referências culturais nas comunidades em que ocorrem, tem por objetivo compor novas abordagens e metodologias que permitam documentar as dimensões formantes dos espaços sociais, seguindo a Teoria do Espaço social, de H. Lefebvre (2013).

A tese busca responder à pergunta: como o patrimônio cultural imaterial se manifesta espacialmente? A hipótese é de que se manifesta espacialmente na paisagem (RIBEIRO, 2007), através das técnicas produtivas que compõem os espaços sociais (SANTOS, 2009; LEFEBVRE, 2013; INGOLD, 2015). Toma-se a noção de território enquanto área ocupada pelas comunidades para habitar e construir (HEIDEGGER, 1954) composta por espaços sociais produtos-produzidos tecnicamente, ao longo do tempo (LEFEBVRE, 2013). Os sistemas técnicos sucessivos que se dão ao longo de várias gerações nos cotidianos das comunidades (MAUSS, 2003; SANTOS, 2009; INGOLD, 2015; CERTEAU, 2009) compõem espaços sociais complexos, ao produzir condições de habitar do mundo da vida, dinâmicas e constantes. As relações estabelecidas com os lugares vividos pelas comunidades, ao passar a fazer parte de uma valorização patrimonial (MENESES, 2009; BALLART, 2010) através de um registro oficial de patrimônio cultural devem estar documentadas e descritas de forma rica e eficiente, registrando as complexidades dos modos de vida das comunidades em seus territórios. Com isso, os inventários embasarão as ações internas nas comunidades a partir de sua mirada, visando a valorização, as continuidades e as permanências no cotidiano local, e as respectivas políticas públicas externas que venham a complementar essas ações, ao valorizar, salvaguardar e divulgar os conhecimentos e suas materialidades a nível nacional e internacional

(FONSECA, 2009, 2017; SANT'ANNA, 2012; CASTRIOTA, 2009; SOARES, 2009; UNESCO, 2003) Para isso, faz-se necessário analisar a metodologia e os instrumentos do INRC-DPI/IPHAN no período de 2000 a 2022, que permitam estabelecer as presenças das referências espaciais nos instrumentos e documentações que compõem os processos de registro (IPHAN, 2000; 2006; 2010), e quais os usos efetivos das relações espaciais documentadas para a consolidação de planos de salvaguarda a cada bem (CASTRO, FONSECA, 2008; PORTA, 2012; FONSECA, 2009) - para além da contextualização inicial e georreferenciamento.

2. METODOLOGIA

A tese está sendo elaborada em 3 blocos de estudos, com objetivos e metodologias próprias. O primeiro bloco apresenta os conceitos de território, espaço social, paisagem e definições de técnicas e ações cotidianas que formam as paisagens, e está na fase de leituras e consolidação de mapa de conceitos. O segundo bloco trabalha o estudo operativo, dividido em 2 partes. A primeira parte investiga os instrumentos dos registros de PCI, a legislação interna e externa ao órgão DPI/IPHAN, contatos com instituições e órgãos de patrimônio (documentações e normativas para a implementação). A segunda parte analisa o material reunido, em busca do conceito de espaço usado nos instrumentos de gestão e normativas, e qual seria o seu uso em três momentos: no momento do registro, durante os 10 anos de validade e no momento da revalidação - haveriam adequações ou comprovar-se-ia o desaparecimento da referência no lugar, em virtude das dinâmicas de implementação de ações de salvaguarda e dos impactos na vida das comunidades. O 3 bloco - estudo de composição, reúne os resultados da análise anterior equacionando-os com os conceitos e fundamentos sobre paisagens compostas por espaços sociais. Visa confirmar a hipótese de que o PCI estaria se manifestando/materializando na paisagem, por ser onde ocorrem e permanecem as manifestações das comunidades. O conjunto subsidiará a composição de uma nova metodologia baseada no método regressivo-progressivo, de H. Lefebvre (2013), que foi usado e testado pela autora, com bons resultados, na elaboração da dissertação de mestrado “Espaço social: uma análise metodológica do patrimônio cultural da Praça da Alfândega, Porto Alegre-RS” (PRADO, 2019). Nesse sentido, a tese continua na linha de investigação já iniciada, pelo potencial da Teoria do Espaço Social para a fundamentação de estudos de patrimônio cultural, em seu sentido mais amplo e sugestivo. Com a elaboração de um piloto de aplicação da metodologia e sua aplicação, os resultados poderão ser avaliados e analisados, gerando relatórios/ pareceres técnicos que permitirão mensurar a eficácia e os problemas. A seguir, o estudo apresentará os resultados alcançados, visando a comprovação ou não das hipóteses centrais e secundárias e, na sequência, irá para as considerações finais e os futuros possíveis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o INRC é uma metodologia de alcance nacional desenvolvida a partir da demanda legal da CF 88, instituída como política pública oficial para a identificação, documentação, registro e salvaguarda de patrimônio imaterial no ano 2000, sua aplicabilidade e eficiência vêm sendo discutidas entre agentes e técnicos de patrimônio ao chegar o limite de temporalidade (10 anos) para a

revalidação ou não dos registros de PCI (SANT'ANNA, QUEIROZ, 2021; SOSTER, 2022). Recentemente (agosto de 2023), foi lançada a versão on-line dos registros de PCI, focada nos processos de identificação e produção de inventários (ainda em fase de testagem). No entanto, a relação com os espaços sociais e as respectivas paisagens culturais ainda não se efetivou. Consideramos que em virtude das dificuldades encontradas no uso da metodologia oficial para a consolidação e, principalmente, para a revalidação dos planos de salvaguarda, a nível nacional, a inserção dos espaços sociais poderá ser uma possibilidade de uso a ser desenvolvida, para inventários e posteriores registros de PCI, enquanto direito cultural das comunidades. A concepção e elaboração de uma metodologia específica baseada nas técnicas produtivas locais possibilitaria, a médio e longo prazo, discutir e, principalmente, registrar adequadamente os conhecimentos das comunidades para consolidar o valor social das referências culturais. Por lei, há a necessidade institucional de registrar os conhecimentos e formas de expressão que compõem o conjunto de saberes associados aos modos de vida locais e seus contextos, em cada bem cultural - e que estes registros permitam, realmente, “entender” os lugares, como consta nos Art. 215 e 216/CF-88, e nas recomendações da Carta de Fortaleza, de 1997 (IPHAN, 2006, p. 49-51). A tarefa proposta pelo estudo é complexa, com especificidades voltadas para a identificação de paisagens culturais produtivas constituídas que respeite, dignifique e valorize os conhecimentos dos detentores, permitindo registrar vivências, sentidos locais e valores sociais na contemporaneidade, pois “*qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?*” (BENJAMIN, 1994, p. 115).

4. CONCLUSÕES

Como inovação, o estudo busca compor uma metodologia que permita instrumentalizar a importância do espaço social e da paisagem cultural nos registros de patrimônio cultural imaterial, a nível nacional, como elementos necessários para definição de políticas públicas associadas a ações institucionais de salvaguarda e de manutenção da diversidade das referências culturais nas comunidades, no âmbito dos direitos coletivos e da aplicação correta da norma, conforme os Art. 215 e 216 da Lei Magna (CF 88). Dessa forma poder-se-á *ler a terra* (INGOLD, 2015, p. 185), ouvir os conhecedores e registrar suas formas de entender, lidar e agir vitalmente no espaço, encontrando caminhos e rumos para o que está acontecendo - ali, naquele lugar, e que já pode ter acontecido repetidas vezes -, configurando usos consuetudinários, permitindo a fluidez das dinâmicas cotidianas e suas transformações no espaço social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Acesso em 19/09/2023. IN: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

- De CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FONSECA, M.C.L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- HEIDEGGER, M. **Construir, habitar, pensar**. Conferência - 2ª Reunião de Darmstadt- 1951. Vortäge und Aufsätze, G. Neske, Pfullingen, 1954. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. Acesso em 17/09/2023. IN: <https://filosofiaepatrimonio.files.wordpress.com/2017/03/martin-heidegger-construir-habitar-pensar.pdf>
- INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.
- IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000.
- _____. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois** - princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Brasil - Dpto Patrimônio Imaterial - DPI. 2 ed. Brasília: IPHAN, 2010.
- _____. **A identificação do patrimônio cultural pela lente das referências culturais: conquistas e obstáculos de um percurso.- 20 anos INRC** ; v. 1. Brasília: IPHAN, 2022. Acesso em 28/08/2023. IN: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/20_anos_inrc_volume1.pdf,
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003
- MENESES, U.B. - **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Conferência Magna – 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, Vol. 1, 2009. Acesso em 12/02/2017. IN: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf
- MIRANDA, M.P, ARAUJO, G. ASKAR, J. **Mestres e Conselheiros: manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- MIRANDA, M.P. Princípios básicos da proteção ao patrimônio cultural. IN: MIRANDA, M.P, ARAUJO, G. ASKAR, J. **Mestres e Conselheiros**. Belo Horizonte: IEDS, 2009. Cap. 1, p. 15-23.
- MUMFORD, L. **Técnica y Civilización**. Madrid: Alianza Editorial, 1971.
- PRADO, R. **Espaço social: uma análise metodológica do patrimônio cultural da Praça da Alfândega, Porto Alegre-RS**. 2019, 300 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007.
- SANT'ANNA, M. **Dossiê Final das Atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Edições do Patrimônio, 2012.
- SANT'ANNA, M.; QUEIROZ, H. (Orgs.). **Em defesa do Patrimônio Cultural: percursos e desafios**. Vitória: Milfontes, 2021. 816p. Acesso em 18/09/2023 IN: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2021/10/14/livro-em-defesa-do-patrimoni-o-cultural-percursos-e-desafios/>
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SENNET, R. **O artífice**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SOARES, I. V. P. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- UNESCO - **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. UNESCO - Paris, 17 out. 2003. Acesso em 19/09/2023. IN: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por